



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ALCIMAR DE SOUSA CORRÊA

**PARA ALÉM DA MÃO DE OBRA: SABERES E CONHECIMENTOS INDÍGENAS
NAS MISSÕES DO TAPAJÓS (XVII-XVIII).**

SANTARÉM-PARÁ

2022

ALCIMAR DE SOUSA CORRÊA

**PARA ALÉM DA MÃO DE OBRA: SABERES E CONHECIMENTOS INDÍGENAS
NAS MISSÕES DO TAPAJÓS (XVII-XVIII).**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado ao Curso de licenciatura em História, para obtenção de graduação; Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA. Instituto de ciências da educação. Orientadora: Prof. Dra. Vanice Siqueira de Melo.

SANTARÉM- PARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

C824p Correa, Alcimar de Sousa

Para além da mão de obra: saberes e conhecimentos indígenas nas missões do Tapajós (XVII-XVIII). / Alcimar de Sousa Correa. – Santarém, 2022.

27 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Vanice Siqueira Melo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Ciências Humanas, Licenciatura em História.

1. Povos indígenas – História – Amazônia. 2. Missões religiosas – Amazônia. 3. Conhecimento tradicional associado. 4. Antropologia educacional – Santarém (PA). 5. Pesquisa histórica – Amazônia. I. Melo, Vanice Siqueira, orient. II. Título.

CDD: 23 ed. 981.13



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, na cidade de Santarém, do Estado do Pará, reuniu-se, às 17h, sala H103 e na plataforma de conferência virtual Google Meet, Campus Santarém, e realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por ALCIMAR DE SOUSA CORRÊA, matrícula 201601281, intitulado PARA ALÉM DA MÃO DE OBRA: SABERES E CONHECIMENTOS INDÍGENAS NAS MISSÕES DO TAPAJÓS (XVII-XVIII), sob orientação do(a) Prof.(a) Vanice Siqueira de Melo, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A banca examinadora foi composta pela presidente, a docente orientadora citada, e pelo seguinte membro docente: Prof.(a) Wania Alexandrino Viana. Após a defesa e análise do TCC, considerando a qualidade deste trabalho, a banca deferiu pela (X) **aprovação** / () reprovação do TCC, atribuindo ao mesmo a nota **9,0**. Fica acordado que a referida nota (9,0) está condicionada à entrega da versão final do trabalho, no prazo máximo de 30 dias, a partir desta data, e o mesmo deverá contemplar as observações da banca examinadora. Proclamados os resultados pelo(a) presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Vanice Siqueira de Melo lavrei a presente ata, que será assinada pelo autor e membros da banca examinadora.

Autor: Alcimar de Sousa Corrêa
Alcimar de Sousa Corrêa

Orientador(a): Vanice S. de Melo
Vanice Siqueira de Melo

Wania Alexandrino Viana
Examinador(a):
Wania Alexandrino Viana

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por me manter firme nos momentos de fraquezas, e a todos que de certa forma me ajudaram no desenvolvimento desse trabalho. Sou grato a todos os professores do curso de História que contribuíram para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico, os quais tive a oportunidade de conhecer alguns pessoalmente e outros conheci de forma virtual.

Em especial a minha orientadora professora Vanice Melo, que embarcou na canoa em viagem, trocamos de rumo, mas com o mesmo destino. A professora Wania Alexandrino, com quem foram dados os primeiros passos na pesquisa. A professores do curso de Antropologia e Arqueologia, aos parentes do Diretório acadêmico indígena (DAIN), que me forneceram documentos que enriqueceram a pesquisa.

Imensurável é minha gratidão à minha família, que sempre me fortalecem nos momentos difíceis e me auxiliaram nesse novo formato virtual, a Cecílio Corrêa e Marina, meus pais (*in memoriam*). A incansável companheira de todos os dias Rosicléia Munduruku, que sempre me apoio e incentivou, nas “ árduas remadas dessa longa viagem” e a todo povo Borarí de Alter-do-Chão, que mesmo diante de inúmeros ataques se mantem Forte e Resistente.

A todos, minha eterna gratidão.

PARA ALÉM DA MÃO DE OBRA: SABERES E CONHECIMENTOS INDÍGENAS NAS MISSÕES DO TAPAJÓS (XVII-XVIII).

ALCIMAR DE SOUSA CORRÊA*

Resumo:

Esta pesquisa propõe analisar os conhecimentos e saberes dos povos indígenas nas missões religiosas, principalmente as do baixo Amazonas. É baseada nas discussões da Nova História Indígena, que visa a valorizar o protagonismo indígena nos processos históricos, analisando a escrita a partir de outra visão, a dos povos indígenas. Além disso, busca dialogar com outras áreas do conhecimento como Arqueologia e Antropologia, que vem desenvolvendo pesquisas de grande importância a respeito do tema. Por meio da pesquisa documental, sobretudo em crônicas e relatos de viajantes, objetiva-se analisar nesses relatos as práticas, habilidades, técnicas e capacidade de assimilação de diferentes linguagens dos indígenas. A pesquisa tem como ponto de partida a ocupação e as instalações das missões religiosas na Amazônia (contexto histórico) com ênfase nos povoados indígenas ao longo do rio Tapajós. Assim, a pesquisa analisa como, ainda que utilizados como trabalhadores nos processos de colonização, os povos indígenas empregavam seus saberes e conhecimentos na execução de diversas atividades.

Palavras-chave: Missões Religiosas. Tapajós. Saberes indígenas.

* Aluno graduando do curso de Licenciatura em História, turma 2017 da Universidade Federal do Oeste do Pará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. Missões Religiosas no Vale Amazônico: breve contexto histórico	7
2. O Tapajós, os indígenas e as missões	8
2.1 Missão dos Tapajós.....	11
2.2 Missão dos Iburari (Borari)	12
2.3 Missão de Nossa Senhora da Conceição dos Arapiuns/ Comaru (vila Franca)	14
2.4 Missão de São José ou Maitapus (hoje Pinhél)	14
2.5 Missão de Santo Inácio ou Missão dos Tupinambá (Boim)	15
3. Os indígenas e seus saberes nas missões	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
RERENRÊNCIAS	24
ANEXO	27

INTRODUÇÃO:

Durante o processo de ocupação e exploração do vale amazônico pelos portugueses, as missões religiosas foram fundamentais. Eram um dos meios que a coroa portuguesa usava para ocupar e expandir seu território. Nesse sentido, esse artigo se volta a uma reflexão sobre conhecimentos e saberes indígenas na instalação das missões religiosas no vale do Tapajós, bem como no desenvolvimento delas, a partir da segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, procurando situar as instalações e os povoados indígenas do Tapajós. O artigo está dividido em três tópicos. O primeiro é intitulado “*Missões Religiosas no Vale Amazônico: breve contexto histórico*”; o segundo “*O Tapajós, os indígenas e as missões: o terceiro tópico trata da análise dos saberes e conhecimentos indígenas é intitulado “Os indígenas e seus saberes nas missões”*”. É importante lembrar que pesquisa não abrange o tema por completo. Está voltada a uma pequena região com limitações de documentos e outros fatores que influenciaram no desenvolvimento da pesquisa.

Diversas fontes históricas contribuem para a pesquisa com o objetivo de se analisar os indígenas em vários aldeamentos situados no vale Amazônico e, principalmente, na região do Tapajós. A pesquisa dará destaque aos aldeamentos da Companhia de Jesus, que foi a ordem religiosa que, depois divisão das áreas de atuação pela coroa, ficou com a parte onde se localiza os rios Tocantins, Xingu, Madeira e o Tapajós, foco da pesquisa. Além de ser a ordem religiosa que mais se destacou na construção de patrimônio, conseguindo reunir sob seu domínio, maior quantidade de terra e índios. Assim, “para se ter uma ideia disso, em 1720, os índios aldeados por missionários na capitania do Grão-Pará somavam 54. 216, distribuídos em 63 missões, sendo que 19 estavam sob o controle dos jesuítas e o restante divididos entre as outras ordens religiosas” (SOUZA JUNIOR, 2010, p. 48).

Utilizo a “Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão” escrita pelo padre João Felipe Bettendorff que, sem dúvida, é uma das fontes indispensáveis para se analisar a Amazônia no período colonial. João Daniel, que esteve na região amazônica no período de 1741 até 1757, também embasa essa pesquisa. Cronista da Companhia de Jesus, escreveu uma importante obra intitulada “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas” que, também, é uma importante obra para analisar a presença e participação dos religiosos no processo de ocupação e exploração no vale amazônico, assim como os saberes e conhecimentos dos indígenas no período colonial.

É importante ressaltar que a pesquisa não abarca todos os povoados indígenas do Tapajós, considerando a escassez de fontes e bibliografias que tratam a respeito do tema a dimensão geográfica do rio Tapajós e mesmo a complexidade do assunto em que as poucas páginas desta pesquisa não seria possível abranger por completo. Ainda assim por meios desses povos analisados podemos perceber os saberes e conhecimentos indígenas nos aldeamentos situados no Tapajós.

1. Missões Religiosa no vale Amazônico: breve contexto histórico

Entre os principais objetivos dos missionários, estavam os de evangelizar (catequisar, batizar, casar, doutrinar). Os religiosos tinham “acesso e exploraram” grande parte da mão de obra indígena, além de tornarem os indígenas em colonos a serviço da coroa, o que favorecia a “ocupação” e proteção do espaço e “nesse sentido, a ação missionária jesuítica que foi penetrando no sertão amazônico e instalando missões nas áreas limites, tornou-se essencial, já que os aldeamentos missionários funcionaram como muralhas do sertão” (SOUZA JUNIOR, 2009, p.164). É importante destacar que não foram apenas os missionários jesuítas que atuaram no processo de colonização na América portuguesa. Outras ordens religiosas, como os Capuchos da Província de Santo Antônio, que foram os primeiros religiosos a chegarem no Estado do Maranhão e Grão-Pará, por volta de 1617, seguidos dos Carmelitas, em 1627, e Mercenários, em 1639, (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 47)

O processo de colonização portuguesa do vale Amazônico foi marcado por conflitos de interesse entre colonos e missionários, principalmente relacionado ao controle da mão de obra indígena, indispensável “para os serviços voltados para a vida cotidiana dos colonos: eram os remeiros, os guias, os pescadores, os caçadores, carregadores, as amas de leite, as farinheiras...”, (FARAGE, 1986, p. 27). Para José Alves de Souza Junior:

[...] o trabalho indígena assumiu uma importância fundamental para a sobrevivência dos colonos. Na Amazônia, a grande densidade demográfica indígena, principalmente na área de várzea, via de penetração da colonização, que concentraria uma população de aproximadamente 1 milhão de índios, apesar de corresponder a menos de 2% da Planície Amazônica, colocou à disposição de colonos leigos e eclesiásticos um imenso contingente de trabalhadores, cuja reprodução estaria garantida pela quantidade existente (SOUZA JUNIOR, 2009, p.163).

Nesse sentido, fica claro a grande importância do trabalho indígena e do conhecimento deles no processo colonização da Amazônia. Assim, a mão de obra indígena foi fundamental

para o desenvolvimento do projeto de colonização, despertando interesse dos colonos e dos missionários das distintas ordens religiosas. O “Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará”, promulgado em 21 de dezembro de 1686, pelo rei D. Pedro II, “foi a síntese colonial interesses contraditórios” envolvendo diversos sujeitos (MATOS, 2012, p.114). É importante destacar que a legislação indigenista tinha sofrido “sucessivas alterações ao longo do século XVII. Ora os colonos leigos controlavam o sistema de trabalho, ora este passava ao controle dos colonos missionários” (MELLO, 2009, p. 48).

O Regimento foi um importante marco na história colonial da Amazônia, na organização das missões e na regulamentação do trabalho indígena. Segundo o Regimento,

[§1] Os Padres da Companhia terão o governo, não só espiritual, que antes tinham, mas o político, e temporal das aldeias de sua administração, e o mesmo terão os Padres de Santo Antônio, nas que lhes pertence administrar; com declaração, que neste governo observarão as minhas Leis, e Ordens, que se não acharem por esta, & por outras reformadas, tanto em os fazerem servir no que elas dispõem, como em os ter prontos para acudir a defesa do Estado, & justa guerra dos Sertões, quando para ela sejam necessários. (Regimento & Leys sobre as Missoens do Maranhão [...], 1724, p.2).

Ao que parece, a legislação criada beneficiava em grande parte os missionários, que teriam o controle dos indígenas e conseqüentemente a mão de obra, contudo novos estudos referentes ao tema, como o de Marcia Mello, apontam para uma nova perspectiva, para autora, para “se compreender a constituição do regime das missões, faz necessários observar os diferentes agentes envolvidos na proposta da nova legislação”, assim como “os contraditórios interesses locais, em que se entrecruzavam colonos, índios e missionários” (MELLO, 2009, p. 51). Ainda para a autora, a criação do Regimento das missões de 1686, “também pode ser entendido, como a mediação do Estado por uma solução de compromisso entre as demandas dos moradores e missionários”. (MELLO, 2009, p. 69). De todo modo, o fato é que durante o processo de ocupação do vale Amazônico, os religiosos tiveram uma grande influência e participação no que se refere a criação das legislações e na implantação de aldeamentos (missões), no acesso e exploração da mão de obra indígena, uma vez que força braçal indígena era indispensável e fundamental para desenvolvimento econômico, ou seja, “o índio era a força motriz da economia extrativa praticada” (COELHO, 2006, p.119).

2. O Tapajós, os indígenas e as missões

A região do Tapajós, em parte, assemelha-se a outras regiões do Vale Amazônico no processo de ocupação e exploração do território pelos portugueses. Os missionários tiveram uma participação expressiva. As primeiras menções que se dão sobre passagens de religiosos pela região do Tapajós é a famosa expedição de Francisco de Orelana, pois um de seus acompanhantes era o frei Caspar de Carvajal, que “fez o relato minucioso do sucesso que a singularizaram, a *Relación del Nuevo Descubrimiento del Famoso Rio Grande de Las Amazonas*” (REIS, 1979, p. 11). Uma tropa de resgate liderada pelo Pedro Teixeira, no ano de 1626, percorreu o Tapajós (CORTESÃO, p. 57, 2016). Contudo, não se encontraram muitos detalhes dessa viagem nos documentos pesquisados. Outra menção sobre a passagem de religiosos pelo Tapajós é o relato escrito por Christoval de Acuña, também religioso da Companhia de Jesus, que acompanhou a viagem de volta do Capitão Pedro Teixeira da cidade de Quito para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1639. Acuña descreveu a localização do rio tapajós, teceu comentários sobre os índios e a fartura de recursos naturais.

A 40 léguas deste estreito desemboca pela banda sul o vistoso rio dos Tapajós, tomando o nome da tribo e província que abriga em suas margens, que são muito povoados de bárbaros, com boas terras e abundantes mantimentos. Estes tapajós são gente de brio e a quem temem muitas das tribos circunzinhas, porque usam tal peçonha em suas flechas, que só com o fazer brotar o sangue, tiram irremediavelmente a vida (ACUÑA, 2016, p. 191-192).

Como se pode analisar, os religiosos desde início do século XVII, participavam das expedições (pode se dizer de reconhecimento) com passagem na região do Tapajós. No entanto, é importante lembrar que, antes mesmo das expedições missionárias, o rio tapajós era habitado por inúmeros povos indígenas, como se pode constatar em estudos arqueológicos realizado no rio Tapajós, “conforme indica o Relatório de uma técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2008), que realizou uma visita técnica para recolher restos de esqueletos humanos e cerâmica encontrados fartamente no solo do atual povoado de Pinhé” (VAZ, 2010, p. 85), a visita técnica tinha como finalidade apurar achados de ossos humanos na comunidade de Pinhé, município de Aveiros PA, no período de 22 a 24/04/2008. Em outro estudo importante, a arqueóloga Denise Gomes, “descobriu ocupações de grupos semi-sedentários cultivadores de mandioca, entre 2.400 e 1.600 a.C. Na região da atual comunidade de Parauá, à margem esquerda do rio Tapajós, pouco ao norte de Pinhé” (GOMES, 2008, p. 12).

A presença religiosa em terras tapajônicas, com mais expressividade, foi a partir da chegada do Padre João Felipe Bettendorff, por volta de 1661, sob ordem do padre superior Antônio Vieira. Um dos mais importantes objetivos era assentar e fazer residência entre os

Tapajós e, dessa forma, ocupar e povoar o espaço, com a pretensão de controlar o grande contingente de indígenas existente na aldeia dos Tapajós. Nesse sentido, disse Bettendorff que:

[...] Antônio Vieira me chamou à casa do Pará, e lá levando-me para o cubículo que hoje serve de livraria, me mostrou em o mapa o grande rio das Amazonas e disse-me: Eis aqui, meu padre João Filipe, a diligência do famoso das Amazonas, pois a Vossa Reverência elegeu Deus por primeiro missionário do assento dele, tome ânimo e aparelhe-se que em tal dia partirá, e levará por companheiro um irmão conhecedor da língua, Sebastião Teixeira, para o ajudar em as ocasiões em que for necessário (BETTENDORFF, 2010, p. 182).

Em outra passagem da crônica, João Felipe Bettendorff, confirma sua presença na aldeia dos Tapajós, descrevendo o rio Tapajós, as riquezas minerais nele existente, assim como os recursos naturais, a fertilidade da terra para o plantio, e os índios que habitavam aquela aldeia:

Quarenta léguas mais abaixo para banda do Sul desemboca o grande e vistoso rio dos Tapajós [...]. Tem este belo rio muitas nações pela terra dentro e rios minas de prata, com muita belas terras e mantimentos assim de mandioca, milho, como caça, pássaros, peixe, até peixe-boi e tartarugas; é a nação dos Tapajós gente briosa (BETTENDORFF, 2010, p. 66).

A região, onde hoje está situada a cidade de Santarém, sempre foi povoado pelos índios “Tupaius ou Tapajós”. O local, além de ser um espaço privilegiado pela natureza, era o lugar ideal e estratégico, pois servia de posto de controle e observação de quem subia ou descia o rio Amazonas, assim como quem entrava e saía do rio Tapajós. Mais tarde no local foi construído a “ fortaleza do Tapajós”, além de ser o principal acesso ao rio Amazonas, é também porta de entrada para o rio Tapajós.

Além de Bettendorff, outras fontes históricas e produções bibliográficas contribuem para analisar as características e a localização geográfica do rio Tapajós, da nascente a foz. A “Coleção de Notícias para História e Geografia”, por exemplo, é um documento importantíssimo para se analisar a descrição da região. Nela aparece descrito o rio Tapajós como aquele que “tem sua fonte junto à cordilheira das Geraes” e “desce de sul ao norte paralelo aos Rios Xingu, e Madeira, e deságua na margem austral do Amazonas em 2 graus”, (coleção [...], 1856, pag. 24).

João Daniel afirma que [...] “o rio Tapajós é um dos mais avultados, que da banda sul recebe o Amazonas. Tem este rio suas cabeceiras muito perto das minas de Cuiabá [...], é o rio Tapajós navegável até suas cachoeiras” (DANIEL, 2004, p. 56-57). Outra contribuição importante sobre o rio Tapajós é de Spix e Martius, que embora seja uma fonte do século XIX, nos ajuda a pensar nas características do Tapajós. Segundo os autores “a região

setentrional do rio até às cataratas foi primeiro conhecida pelos jesuítas, que ali fundaram suas seis missões já por volta do ano de 1735”. (SPIX E MARTIUS, 2017, p.152).

Miguel Menéndez, que analisa fontes que tratam das populações indígenas do Madeira-Tapajós dos séculos XVI ao XIX, descreve em seu trabalho intitulado “A área Madeira-Tapajós: situação de contatos e relações entre colonizador e indígenas”, uma infinidade de povos indígenas encontrados ao longo do rio Tapajós, como os Tapajós, os Arapiuns e Coarirenses, os Jacareuara ou Jacaretapiya (Jakareguá), Tapaceraria, Sapope. Surinana, Peri (uit) e l'arupá, e os Sapope”, os Urucucus, além de outras que não foi possível descreve-las (MENÉNDEZ, 1992, p. 282 a 284). João Daniel destaca a “nação Arapium”, a presença dos Gurupá, a qual considerou uma das nações, mais “célebres”, os iaguains entre outras (DANIEL, 2004, p. 362-364). Ou seja, uma grande quantidade de povos indígenas que além de habitarem, conheciam o território como ninguém, tanto que seus conhecimentos foram utilizados como remeiros, guias tanto nos rios e nas matas, pois os indígenas, além de conhecerem os rios e as matas e os recursos nelas disponíveis, eram muitos habilidosos nas atividades cotidianas na floresta.

A expansão territorial e a ocupação ao longo do Tapajós, pelos colonizadores, se intensificou partir do início do século XVIII, em que se encontraram se relatos da criação e instalação de outras missões religiosas nas margens do rio tapajós, como a missão de Nossa Senhora da Conceição dos Arapiuns (vila Franca), em 1722 missão de São José ou Maitapus (hoje Pinhél), em 1738 Missão dos Iburari (Borari), em 1740 missão de Santo Inácio ou Missão dos Tupinambá (hoje, Boim), missão Cumaru, missão de Santa Cruz a Nova, missão dos Taparajó-Tapera, (REIS,1979, p. 33; VAZ, 1997, p. 19).

2.1 Missão dos Tapajós

Considerando todas essas potencialidades, localização, riquezas naturais e humanas, (o que nos remete a pensar sobre a grande importância e a participação dos indígenas no processo de ocupação e exploração no Tapajós), não há dúvida de que aos olhares dos colonizadores a aldeia dos Tapajós era um lugar estratégico e o ponto de partida para o projeto de colonização do rio tapajós. Tanto que em 1661, o padre João Felipe Bettendorff, juntamente com seu companheiro Sebastião Teixeira, aportaram na aldeia dos Tapajós, sob ordem do superior e visitador Antônio Vieira, com o objetivo de “fixar residência” (BETENDORFF, 2010, p. 184) dando “início” a execução do projeto de “ocupação e exploração” das terras Tapajônicas:

De Gurupatiba fomos para os Tapajós, onde havia de fazer minha residência, conforme a ordem do padre subprior e visitador Antônio Vieira. Lá chegamos depois das festas do Espírito Santo, e fomos recebidos dos índios daquela populosa aldeia com grande alvoroço e alegria; levaram-nos para uma casinha de palmas, que não tinha mais cômodo que uma varandinha com dois limitados cubículos, e à ilharga uma choupanazinha para dizer missa. (BETTENDORFF, 2010, p. 184).

Padre João Felipe Bettendorff descreve com detalhes sua chegada e instalação na aldeia dos Tapajós. Vale ressaltar que esse relato é feito em um segundo momento, já que no primeiro momento o seu companheiro Sebastião Teixeira sofreu uma enfermidade e foi substituído pelo alferes João Correa, velho conhecido a quem os índios chamavam de atuaçanã (compadre).

[...] cheguei ao Tapajós com o alferes João Correia. A primeira cousa que lá fiz foi com a ajuda de meu companheiro e alguns índios grandes línguas fazer uns catecismos e vários idiomas daqueles seus principais, todos pelo da língua geral, um era em língua dos tapajós, outro os urucucus, que comumente entendiam, e com este os ia ensinando e batizando;[...] Tratei depois disso de fazer a igreja e casas de taipa de mão, indo eu mesmo acompanhar os índios que iam cortar a madeira e padecendo muito boas fomes, no entretanto, por estar ainda novato; posta a madeira em a aldeia, a lavrou o companheiro João Correia com os índios, como acudia muita gente assim de índios como de índias, dentro de três para quatro dias ficou toda a obra feita e coberta. Fiz então um retábulo de morutim, pintando ao meio Nossa Senhora da Conceição pisando em um globo a cabeça de serpente, enroscada ao redor dele, com Santo Inácio à banda direita e S. Francisco Xavier à esquerda. (BETTENDORFF, 2010, p. 91-92).

Além de Bettendorff outros religiosos atuaram na aldeia dos Tapajós, como o Jesuíta Manuel Pires, que segundo o autor Paulo Rodrigues dos Santos, que foi “o possivelmente substituto de Bettendorff, ” e o padre Antônio Pereira, “que foi um missionário mais ou menos fixo em terras tapajoara” (SANTOS, 2019, p. 53-55). Serafim Leite supõe ter passado pela boca do tapajós Francisco Veloso e Manuel Pires em 1657, porém relata a atuação de outros religiosos como o padre Francisco Gonçalves, padre Antônio Vieira, os padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch e o padre Bettendorff no ano de 1661, padre Manuel Pires, o “Clérigo de paredes” (LEITE, 1943 p. 357-8).

Bettendorff destaca em seus relatos a presença e atuação dos padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misseh, estes antes mesmo de sua passagem pelos Tapajós, além do padre João Maria, padre Antônio da Silva, padre Sebastião Teixeira, padre Antônio Pereira, padre Antônio da Silva, padre João Carlos e Padre Manuel Rabelo. Como se observa foram vários os missionários religiosos que se revezavam na administração na aldeia dos Tapajós após a instalação e ocupação na aldeia do Tapajós na segunda metade do século XVII (BETTENDORFF, 2010).

2.2 Missão dos Iburari (Borari)

A respeito da missão dos Borarís, as contribuições são de obras de autores regionais como: Paulo Rodrigues dos Santos (1019), Sidney Canto (2014), Cezar Reis (1979), nas quais se pode analisar a localização da aldeia e o desmembramento, uma vez que os autores, em seus relatos, concordam que a aldeia dos Borarís estava subordinada aos missionários que atuavam na aldeia dos Tapajós. Ainda de acordo com os autores “a separação, ocorreu pelo aumento populacional, escassez de alimento, e o desgaste de terras boas para o plantio” (SANTOS, 2019, p. 83), ocasionado pela grande expansão territorial e populacional da aldeia dos Tapajós, a terra nas proximidades já não tão férteis prejudicando assim o abastecimento. O autor Cezar Reis destaca que “Coeva, Iburari estava situada a sete léguas da aldeia dos Tapajós, à margem direita do rio”. Inicialmente, “estivera muito perto daquela” e que “o problema de seu abastecimento era por isso difícil. A nova localização foi realizada para vencer a dificuldade” (REIS, 1979, p. 33). O autor Paulo Rodrigues dos Santos ressalta que:

[...] Borarí não era missão independente; era apenas uma aldeia de índios administrada pelo missionário dos Tapajós. Então, padre Ferreira tomou uma boa parte dos índios da sua missão e os Transferiu para os Borarí, criando a missão de nossa Senhora da Purificação dos Borarís, e enviando um padre para administrá-la, sem mais subordinação à missão dos Tapajós. Isto foi em 1738. (SANTOS, 2019, pag. 84).

O jesuíta do século XVIII, José Moraes afirma que, “subindo o rio Tapajós a cima, à mão esquerda, em distância de sete léguas, está a aldeia de Borarí”, que também seria administrada pelos jesuítas e “esta aldeia estava unida com a do tapajós até o ano 1738” (MORAES, 1860 [1759], p. 509).

O cronista e missionário da Companhia de Jesus João Daniel, assim descreve a missão dos Borarí:

Nesta mesma parte de Leste pouco mais de meio dia de viagem está a Vila de Alter do Chão, antes chamada a Missão de Ibirarib: fica em uma como enseada, que aí faz o rio para dentro, razão, porque não tem tão boa vista, nem para baixo, nem para cima” (DANIEL, 2004, p. 397).

Outro autor que contribui para análise do tema é o padre da companhia de Jesus Serafim Leite, que se dedicou a estudar e escrever sobre a história dos jesuítas no Brasil. Assim menciona sobre a aldeia dos Borarís:

Em 1722, menciona o catálogo a aldeia de Iburari, Ibirarib, Borarí, Morari..., administrada pelo missionário dos Tapajós, e em 1730 contava com 235 índios. A sua proximidade da aldeia dos Tapajós dificultava o sustento dos índios, e por isso o padre Manuel Ferreira a mudou em 1738, mais para cima, sete léguas, no mesmo lado direito do rio Tapajós”. (LEITE, 1943, p. 363).

Ao que tudo indica, analisando as bibliografias citadas, a missão dos Borarí foi instalada com o descimento de povos indígenas da missão do tapajós para a essa aldeia, localizada a

margem esquerda do rio Tapajós, pelo padre Manoel Ferreira, em 1738. O objetivo era amenizar o problema do aumento populacional e o de terras férteis, uma vez que as terras dos Borarís ainda se encontravam propícias ao plantio. Não podemos esquecer dos objetivos principais das missões religiosas, a expansão da fé, a ocupação e assegurar o território.

Dos padres missionários que atuaram na missão do Borarís (Alter do Chão), Paulo Rodrigues dos Santos menciona a presença do Manoel dos Santos, padre Siqueira de Oliveira, em 1755, e do padre Manuel Ferreira (SANTOS, 2019, p. 83-87).

2.3 Missão de Nossa Senhora da Conceição dos Arapiuns/ Comaru (vila Franca).

Sobre a aldeias dos Arapiuns, atual Vila Franca, João Daniel, “que foi missionário entre os Arapium e percorreu, várias vezes, o Tapajós e suas aldeias” (SANTOS, 2019, p. 86), assim relata sobre os Arapiuns:

Da parte de Oeste tem primeiro a Vila Franca chamada antes a Missão de Comaru [;] está quase fronteira à Vila de Bararib, em uma como língua de terra, que aí fazem as baías do Rio Tapajós, com as águas do rio Comaru, que lhe corre pelas costas com o mesmo curso de Sul a Norte; e constituem estes dois rios ao terreno intermédio uma península, em cuja ponta está Comaru em uma bizarra planície muito fresca, e salútfera, porque muito lavada dos ventos. É das mais numerosas, e muito farta, não só pelas suas grandes baías, mas muito mais pela vizinhança de muitos lagos, em que há abundância de peixe boi, tartarugas, e mais pescado (DANIEL, 2004, p. 397).

O padre Serafim Leite, já mencionado acima, relatou sobre os Arapiuns que “os índios foram reduzidos e aldeados pelo P. Manuel Rebelo, pouco antes de seu falecimento” no ano de 1723 e a “aldeia de Nossa Senhora da conceição dos Arapiuns tinha, em 1730, o elevado número de 1069 índios” já a Aldeia de Cumaru no mesmo ano com “166 índios” (LEITE, 1943, p. 363), ao que tudo indica, eram aldeias separadas que posteriormente foram unificadas como relata Leite, “mas ainda perfeitamente distinta. Daí em diante aparece ora um nome ora outro prevalecendo o de Cumaru, ” (LEITE, 1943, p. 364) uma aldeia muito populosa, considerando o que escreve Serafim Leite e o relato de Padre Daniel, superando até mesmo a aldeia dos Tapajós, que foi a que mais se destacou no mesmo período e tinha, “só a aldeia propriamente dita, constava de 793 índios”, (LEITE, 1943, p. 362). Dos padres que atuaram na aldeia, as bibliografias citadas mencionam a presença do padre Manuel Rebelo, o padre Júlio Pereira e o próprio João Daniel.

2.4 Missão de São José ou Maitapus (hoje Pinhél)

Fundada em 1722 pelo padre José da Gama, a missão de São José aparece no catálogo da Companhia de Jesus, de 1730, contabilizando 490 índios e era considerada “uma aldeia

muito bem situada e abundante” (LEITE, 1943, p. 365). Foi descrita por João Daniel da seguinte forma:

Pouco acima desta missão está a de São José, que é a única, que por ser pouco populosa, não foi constituída no predicamento de vila, de quantas antes administravam os jesuítas[...]. Está para dentro de uma enseada, mas em lugar tão elevado, que para lá subir do porto, é necessário descansar. [...]. Com ser terra tão alta, é muito úmida, e muito fértil, e farta de todos os legumes, e plantas daquele Estado. Tem vistosas praias, e tão frequentadas de toda a caça volátil, que um só caçador basta, para fartar o seu pároco, e familiares. Está um belo sítio para mais avultada povoação, porém talvez já estará de todo desfeita, (DANIEL, 2004, p. 398).

Com relação aos Maitapus, a documentação analisada fornece poucos detalhes sobre as missões religiosas e todas se correspondem (descrição, população, fundação entre outros aspectos). Ainda assim, é importante salientar que, sobre a escassez de documentação a respeito da história do povo Maitapus, de acordo com o antropólogo Florêncio Vaz, nos últimos anos tem se manifestado um grande interesse pela história e pelas tradições do povo de Pinhél. Um grupo de estudos envolvendo pesquisadores, alunos e professores e a comunidade em geral, vem realizando pesquisas e entrevista principalmente com os mais velhos, sobre a história da comunidade, o que nos permite pensar nas novas perspectivas histórico-antropológicas, que visa valorizar a “construção histórica, de caráter plural dinâmico e flexivo” (ALMEIDA, 2010, p. 22).

2.5 Missão de Santo Inácio ou Missão dos Tupinambá (Boim).

Em 1740, foi fundada a missão de Santo Inácio ou Missão dos Tupinambá, hoje Boim, (VAZ, 1997, p. 19). De acordo com João Daniel, a aldeia assim estava localizada:

Acima pouco mais de um dia de viagem está a aldeia ou Missão de Santo Ignácio, chamada agora a Vila de[...] descida para este lugar de grande Ilha de Tupinambaranas, onde estava, e por cujo lugar ainda hoje suspiram, como por sua pátria, estes índios, lembrados da grande fartura, em que lá viviam, sendo que o lugar, em que agora residem, não só não é faminto, mas também é muito alegre, fresco e sadio. É menos populosa, porque na sua mudança se dividiram os índios, e ficaram muitos nas suas terras escondidos pelos matos (DANIEL, 2004, p. 398).

Para Serafim Leite, “a aldeia de Santo Inácio, procedeu de tupinambaranas”. Em 1735, ainda é referida como essa aldeia e é nomeada com Santo Inácio em 1740. Além disso “a aldeia tornou-se muito populosa com novos índios ali aldeados pelo mesmo P. José Lopes, fundador da missão, e pelos padres António Moreira e Manuel Afonso” (LEITE, 1943, p. 364).

É provável que essas povoações tenham se formado, também, por meio de descimentos indígenas. Vários povos indígenas optaram por uma estratégia diferente como se observa na análise de Beatriz Perrone:

Alguns povos indígenas se aldearam pacificamente, por assim dizer, e os documentos mencionam muitos chefes que vieram as autoridades coloniais pedir o descimento e aldeamentos de seus povos. Outros, sem abandonarem seus territórios ou se aldearam, uniram-se aos portugueses ou a seus inimigos europeus em suas guerras; firmaram tratados de paz e tornaram-se nações aliadas. Outros resistiram a todo e a qualquer tipo de relação com os colonizadores, movendo-lhes guerras até sua extinção total; incorrigível, foram massacrados e escravizados. Os mesmos povos podem ter modificado sua posição ao longo do tempo (PERRONE-MOISÉS, 2008, p. 129).

Além dessas povoações em que foram ocupadas e instaladas as missões religiosas ao longo do rio Tapajós, outras tiveram rápida passagem dos missionários, ou tinham pouca participação no controle dos indígenas. Esse é o caso do Sítio Santa Cruz, administrado pelos portugueses, onde os padres iam apenas fazer o trabalho espiritual, “que ainda os mesmos missionários se tinham arrependido de não terem nele fundado a missão de São José”, (DANIEL, 2004, p. 398).

As missões religiosas foram fundamentais para o projeto de colonização e uma das formas que coroa usou para expandir seu território em terras Tapajônicas. Contudo, o contato entre missionários e colonos com os indígenas, as ocupações, as instalações de missões nos povoados indígenas e, principalmente, o controle que os religiosos tentavam sobre os índios, trouxeram inúmeras consequências aos povos originários, seja na cultura, no modo de vida, nos costumes e principalmente nas identidades históricas desses povos, conforme ressalta o antropólogo, Florêncio Vaz: “a chegada e estabelecimento dos europeus na região, provocaram um impacto sem precedentes sobre os povos indígenas[...]. E deram início a um processo de mudanças que, ainda hoje, os afeta” (VAZ, 1997, p. 60).

3. Os indígenas e seus saberes nas missões

Até então, algumas fontes e bibliografias analisadas nos mostram uma narrativa produzida a partir de um ponto de vista dos colonizadores, escrita por indivíduos que buscavam atender a diversos interesses, seja o seu próprio interesse ou de seus financiadores, me refiro aqui ao governo (coroa portuguesa). É uma escrita que enaltecia os feitos heroicos, as superações dos desafios, as legitimações pela posse de terras. Assim, “a utilização deste tipo discursivo inscrevia a narrativa que ele abrigava em um marco oficial e documental, propondo uma equivalência entre narração e verdade. [...], deviam, portanto, recolher e ordenar informações sobre as novas terras e povos conquistados” (MARTINS, 2007, p. 44).

Por outro lado, a História indígena estava sendo ignorada, ocultada, deixando a mercê de uma história. Ao que se percebe, é que essas narrativas, principalmente as narrativas religiosas valorizam muitos os conquistadores e missionários que, ao chegarem as aldeias, eram acolhidos muitas vezes, como algo “divino” e que tinham entre outros objetivos a “civilização e a salvação de almas”, tornando os nativos sujeito passivos na história, incapazes e bárbaros, selvagens, que precisavam ser “civilizados”.

Em uma releitura da documentação analisada, encontra-se claro sinais da grande importância e do protagonismo indígena, na organização social desses povos originários, na resistência indígena contra as imposições, doutrinas e disciplinas cotidianas dos missionários religiosos, no desenvolvimento intelectual indígena, nos saberes e conhecimentos indígenas. Ou seja, é importante se fazer uma análise minuciosa nas fontes históricas, com outro ponto de vista, partindo de uma diferente perspectiva, o protagonismo indígena.

A documentação consultada aponta diversos temas relacionados aos povos indígenas. No que se refere a organização social dos indígenas, diversos autores mencionam os “principais”, líderes a quem os indígenas atribuem respeito, organização e o comando da aldeia. Bettendorff, várias vezes ao longo de sua Crônica, refere-se a “vassallos do Principal”. Em outras palavras, pessoa que está em um grau de hierarquia “inferior” a um líder, no caso o “Principal”. Outros exemplos claros de organização social nas aldeias mencionado por autores é presença de Maria Moaçara. Assim, “era Maria Moaçara princesa, desde seus antepassados, de todos os Tapajós, e chamava-se Moaçara quer dizer fidalga grande” (BETTENDORFF, 2010, p. 195). Destaca-se, também, e o líder espiritual, que seria o pajé. Segundo João Daniel “Há diversas classes destes pajés aibas [...] porque uns dizem que tem no seu poder e à sua obediência, sol, lua, estrelas ventos e tempestade; outros têm domínio sobre os jacarés, [...] onças, e mais feras do mato, outros, que lhes obedecem os peixes, cobras e lagartos. (DANIEL, 2004, p. 339).

Como se percebe, há entre os povos indígenas uma hierarquia social e sujeitos com papéis delimitados: um líder um Principal, a Princesa (Moaçara) e o Pajé. É importante lembrar que, certamente, uma das estratégias usadas pelos missionários para o controlar as aldeias foi a de que, “conquistando a confiança do principal”, conquistariam, também, o controle das aldeias. Assim, para José Alves de Souza Junior “na tentativa de cooptar as lideranças indígenas para utilizá-las como agentes multiplicadores do discurso dominante, concederam a várias dessas lideranças” os “privilégios”. (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 16).

Danças indígenas também aparecem na documentação. A respeito do tema João Daniel, descreveu diversos costumes e danças praticadas pelos povos indígenas, tanto no rio Amazonas como no rio Tapajós. Dentre diversos ritos e danças, merece destaque o Sairé, que é dos rituais indígenas mais antigos e praticados por muitos povos indígenas no rio Amazonas, como Tapajós. Assim, segundo João Daniel,

Os menores meninos, e meninas tem sua dança particular, a que chamam o sairé, em que regularmente não entram homens mais, do que os tamborileiros, e ainda esses não estão metidos nas danças, mas estão de fora dando o compasso com o tamboril; e o tom, e pé de cantiga, a que responde e corresponde a chusma, com advertência, que os meninos vão em diversos sairé das meninas, e não misturados os de um com os do outro sexo. Consiste o sairé em uma boa quantidade de meninos todos em fileira atrás uns dos outros com as mãos nos ombros, dos que lhe ficam adiante, em 3, 4 ou mais fileiras: e na vanguarda anda um menino, se a dança é de ascânios, dos mais altos, ou menina, quando o sairé é de hembras, das mais taludas pegando com ambas as mãos nas bases de um meio arco,[...] e a cada movimento do sairé dão um passo para diante, e logo outro para trás, acompanhados das vozes, até, ou cansarem, ou os tamborileiros de fora pararem com o toque do tamboril. (DANIEL, 2004, p. 288/ 289).

Embora houvesse uma tentativa de cerceamento dos rituais indígenas, assim como o uso de bebidas, além de outros costumes indígenas, os indígenas continuavam realizando. Assim, segundo Bettendorff, “Tinham os tapajós um terreiro mui limpo pelo mato dentro, [...] porque indo fazer ali suas beberrias e danças, mandavam as suas mulheres levarem para lá muita vinhaça, [...]. Indo eu com ele ver aquele terreiro, para depois proibi-lo, como fiz” (BETENDORFF, 2010. p. 193). João Daniel, indica a introdução de novos elementos nos rituais indígenas, provavelmente para facilitar a comunicação. Nesse sentido, segundo João Daniel “nas aldeias que ainda conservam o seu sairé, o fazem com mais galantaria, porque ornar, e adornam com enfeites de boas fitas de diversas cores, e lindas plumagens, espelhos e vários outros adornos” (DANIEL, 2004, p. 289). Dessa maneira, não se pode observar os indígenas como um “sujeito passivo” ou “irracional”, sujeitos a qualquer imposição. Deve-se levar em conta as danças, ou seja, a organização, sincronismo destacado por João Daniel, a músicas (canto) e o uso de instrumento, (tamborim) e resistência desses povos souberam manter seus rituais, sua cultura e costumes. Hoje, sobre o Sairé em si essa é uma das relevantes evidências do protagonismo e resistência indígena praticados nos dias atuais.

Em relação a importância dos conhecimentos indígenas para o processo de colonização, diversos eram os trabalhos realizados por eles, como por exemplo, remeiros para a condução de canoas em lagos e rios, coletores, guias, fabricantes de canoas e até mesmo intérpretes. Assim, o padre João Maria, que era missionário dos Tapajós, foi para Belém para “fazer uma canoa de viagem, a qual mandou fazer por seus índios de pique verdadeiro nos matos de

Jaguarari”¹. Porém, “a botaram a perder”. (BETTENDORFF, 2010, p. 723). Tal são as habilidades e aptidão dos índios que são comparadas a de mestre de ofícios. Assim, segundo João Daniel, “acham-se com diferentes ofícios, como excelente escultor, carpinteiro [,] ferreiro, alfaiate[...]. E se souberam ler os livros, e neles as regras de qualquer arte, talvez levariam a palma aos mais famigerados mestres do mundo (DANIEL, 2004, p. 342). Certamente, algumas habilidades foram aprendidas durante o processo de colonização. Contudo, é relevante lembrar que muitos conhecimentos e saberes indígenas eram usados quando trabalhavam para os colonizadores.

É importante destacar que, quando se fala em remeiro, não se limita a simples “ato de remar” (conduzir a canoa), mas sim aos diversos fatores que envolvem a ação de remar, como por exemplo sincronismo, equilíbrio, força, agilidade, quantidade de peso, direção em que o vento sopra, corrente do rio, conhecimento do local, hora da maré, entre outras habilidades que envolve “remar”. É saber que os portugueses não conheciam e tais habilidades dos indígenas são usadas no seu cotidiano, no processo de colonização. No que se refere aos intérpretes, nota-se o grau de instrução dos indígenas com habilidade de assimilação e compreensão e transmissão de outras línguas, desmistificando a representação naturalizada de que o indígena é incapaz, “um indivíduo morador da selva detentor das tecnologias mais rudimentares e de instruções mais primitivas” (OLIVEIRA, 1999, p. 115).

Outras atribuições aos indígenas que podemos constatar nas bibliografias são: a construção de igrejas e residências, plantio dos roçados, afazeres domésticos, enfim, não há dúvidas da importância do indígena para a execução dessas atividades naquele período. No entanto, as menções ao trabalho desenvolvido pelos indígenas são muitas vagas, e ficando sempre em segundo momento, como pode se analisar no relato de Bettendorff: “[...] Tratei depois disso de fazer a igreja e casas de taipa de mão, indo eu mesmo acompanhar os índios que iam corta a madeira[...] a lavrou o *companheiro João Correia* com os índios, como acudia muita gente assim de índios como de índias” (BETTENDORFF, 2010, p. 192).

O relato acima valoriza muito o autor (no caso Bettendorff) e “companheiro João Correa”, desconsiderando o principal responsável o indígena e sua força braçal, “*índios que iam corta, lavrar a madeira*”. Além disso, eram esses indígenas que sabiam como cortar as árvores e quais tipos eram apropriadas na construção de casas. As técnicas de corte faziam parte do conhecimento indígena, como, também, sobre qual madeira cortar, considerando que não é qualquer madeira que se utiliza em construções. Nesse sentido, concluímos que “a

¹ Área localizada no atual município de Belterra e que pertence a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA).

história dos índios apresenta um claro exemplo de omissão de um ator significativo” (MONTEIRO, 1994, p. 119).

É importante lembrar que essa força braçal associada a rotina de trabalho exaustiva e a violência diária sobre os índios, que antes não costumavam desenvolver e trabalhavam para seu consumo diário e sua sobrevivência ocasionaram diversas fugas. Assim, essa “relação entre o passado indígena e a situação colonial, articulavam complexos movimentos de protestos e resistência, [...] a estratégia mais eficaz certamente residia na fuga coletiva” (MONTEIRO, 1994, p. 107).

Além dos trabalhos na construção de igrejas e taipa (casas), é importante considerar o saber e o conhecimento indígena na produção de farinha e seus derivados, mencionados por Bettendorff e João Daniel diversas vezes. A farinha é produto essencial para subsistência dos povos indígenas, “ produzida a partir [...] do tubérculo servia de matéria prima para outros elementos importantes da cultura indígena relacionados com a alimentação, como os beijus” (CRUZ, 2011, p. 25), que estar ligada a espiritualidade e crenças indígenas, considerado “alimento sagrado” (lenda da Mani).²

Sobre a farinha, João Daniel registra “ que é a farinha-de-pau, com que, se terem inveja ao mais mimoso pão das mais nações [...] fabrica-se a farinha-de-pau de um arbusto, ou planta, que tem vários nomes, [...] e a raiz mandioca” (DANIEL, 2004, p. 413). A produção da farinha é um processo difícil, demorado, e cuidadoso, que requer muita habilidade, força e resistência. Deve-se considerar diversas etapas da produção de farinha, como: o local do plantio (fertilidade do solo e acesso a casa de farinha) e o tempo para a colheita (considerando que em um certo período, determinado pelos fenômenos naturais a mandioca não pode ser manipulada). Para se obter uma boa farinha é importante também considerar o tempo de molho da mandioca na água, a retirada da casca, ralação da mandioca, mistura das massas (mandioca mole e dura), tiração e o cozimento do tucupi para se extrair o “veneno”, deixando no ponto de consumo, a tiração da tapioca, o escaldamento e a torragem da massa da mandioca, além de deixar o forno (recipiente em que se torra a farinha feito com barro) na temperatura certa para não queimar ou embolar a farinha, esse conhecimento e nato dos

² É importante lembrar que as lendas são narrativas orais, que tem suas variações de acordo com cada povo. Há entre os povos indígenas do tapajós a lenda da Mani, nome dado a neta de um pajé, que nasceu branca como a lua. Muito querida, já grandinha, a alegre menina adoeceu e veio logo a falecer. Foi enterrada no centro da oca, onde todos os dias sua mãe chorava sua morte, com o passar do tempo cresceu uma planta no local em que a menina foi enterrada, ao arranca-la, encontraram uma grossa raiz, que deram o nome de “Mani oca/ mandioca” em homenagem a menina, e assim raiz veio a servir de alimento para o povo.

indígenas, embora hoje se produza a farinha em uma grande escala com melhores recursos no período em que se refere a pesquisa era feito tudo manualmente. É importante analisar o registro de João Daniel sobre o tucupi:

Um dos venenos mais usuais, e conhecidos é o chamado tucupi: é este o sumo da raiz mandioca, de que fazem o seu pão, ou farinha usual e ordinária, da qual adiante daremos plena notícia. É tão ativo este veneno tucupi que em breves horas mata aos que o bebem, ou sejam animas, ou homens, e com tão excessivas dores, que parece desfazerem-se as entranhas com ânsias, e convulsões espantosas, como alguns tem admirado nos brutos té em breve expirarem. (DANIEL, 2004, p. 291).

Ainda sobre veneno, as fontes nos permitem uma visão mais ampla do conhecimento indígena. Nesse sentido, de acordo com vários documentos, era comum o uso de venenos em ponta de flechas, como se observa no relato de Acuña, quando lembra que: “porque usam tal peçonha em suas flechas, que só com o fazer brotar o sangue, tiram irremediavelmente a vida” (ACUÑA, 2004, p. 292). No relato que segue, escrito pelo padre Bettendorff, também encontra-se essa prática: “porque usam estes bárbaros de flechas ervadas com peçonhas tão refinadas, que o mesmo é ferirem a qualquer contrário, ainda que seja muito levemente, que perder a vida” (BETTENDORFF, 2010, p. 106). Outra forma de se usar o veneno entre os povos indígenas, é na pesca, usando o sumo da árvore conhecida como “Timbó” de onde se extrai o sumo, que quando misturam as águas dos rios, deixam os peixes desorientados facilitando sua pesca. Segundo João Daniel, “é tão-venenosa esta planta, que para tirar a vida basta uma pequena porção de seu suco; e não só para todos os mais viventes, mas também para o peixe, que nesta planta, e seu suco tem o seu maior contrário, [...]; nem há rede barredoura mais nociva, que o venenoso timbó” (DANIEL, 2004, p. 497).

Certamente, um dos meios de obter esses conhecimentos foi através de experimentação. Nesse sentido, João Daniel ainda trata do processo de fabricação de veneno por uma índia idosa. Uma vez concluída a feitura do veneno, dava “a velha aviso, ao qual acodem logo os índios a fazer experimento, se está ou não capaz” (DANIEL, 2004, p.292). A técnica de extração do veneno, assim como o uso, é de grande importância para a sobrevivência dos povos indígenas, assim como para a medicina tradicional e moderna, como é caso do Curare, muito usado entre os povos indígenas do baixo Amazonas.

O Curare, uma substância que teria permanecido desconhecida se não fosse produzida pelos povos indígenas da América do Sul, teve uma segunda carreira na Europa. Por distensionar os músculos - o envenenamento com curare provoca a paralisia, que leva à morte -, ele foi usado bastante cedo pela medicina. Primeiro como remédio contra o tétano e depois também como anestésico em operações. Atualmente, os alcaloides ativos das diversas espécies de curare não são mais utilizados em operações para relaxar os músculos. Entretanto, o cloreto de alcurônio

(alloferine) produzido a partir dessas substâncias por síntese parcial continua sendo usado como relaxante muscular estabilizante. (SOENTGEN/ HILBERT, 2016, p. 1145).

A observação do ambiente ao seu redor, de fazer experimentação, do comportamento dos animais e convivência no meio natural podem ter contribuído para aquisição desse conhecimento. De todo modo, os indígenas aprenderam a conviver e a usar técnicas e venenos a seu favor, o que nos permite pensarmos nos saberes e conhecimentos indígenas que beneficiaram a população de modo geral, indígenas e não indígenas, como se observa na citação acima.

A confecção de utensílios feitos a partir do barro misturado com resinas de algumas árvores é também saber indígena que merece destaque, porque dessa mistura fazem seus fornos, fogões e pratos entre outros utensílios usados no seu cotidiano, como constata no relato.

A sua louça fazem com engenhosa indústria sem terem uso ou precisão de forma para a cozer, ordinariamente seus oficiais são as mulheres, e preparado o barro, que é sempre especial, lhe misturam metade, os algumas parte, da cinza de árvores, não de todas, mas ordinariamente da árvore caraipé; [...] Para vidrarem a esfregam com a resina do pau jotaí, [...] que lhe dão sua galantaria, [...] Talvez desta industria dos índios na fatura de seus fornos aprenderam já os brancos [...].(DANIEL, 2004, p. 127-8).

A própria linguagem, que também é um saber indígena, foi adequada pelos indígenas e missionários naquele momento certamente com o objetivo de facilitar a comunicação. Como se pode analisar no relato, “ aos poucos, começaram a desenhar nossas palavras em pele de papel para poderem imitá-las. E assim, passado algum tempo, conseguiram falar com a língua mais direta” (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 256). Algumas dessas formas de expressão indígenas ainda permanecem nos dias atuais como é o caso dos rituais (sairé), assim como o *Nheengatu* (língua geral) praticados não somente entre os diversos povos indígenas locais e regionais, bem como em outras comunidades não indígenas, a exemplo: “Kuya, garapé, kuí, Taína, mandioka, kurumim, kuitã, Kuí, Tupayu, Tapajós, Tarubá, Tuíra, Mujica, Chibé, Piracaia, Favaka, Panema, Piranga, Piníma, Paraná, Tipiti, Tupã, entre outras.

Atualmente, os povos indígenas do Tapajós buscam fortalecer suas línguas, seus saberes e conhecimentos e vem se organizando por meio da criação e realização de projetos e cursos, como o de fortalecimento da língua *Nheengatu*, mesmo diante do cenário político atual que desvaloriza o indígena, sua cultura, que desmancha órgãos e ignora políticas públicas que amparam esses povos. Um dos grandes resultados alcançados dessas lutas, projetos é a

implantação das disciplinas de Nheengatu e Notório Saber, nas escolas indígenas, apoiada na Resolução Municipal Nº 001, de 25 de janeiro de 2019:

Art. 2º. A Educação escolar indígena destina-se aos povos indígenas em seus devidos territórios, visando o reconhecimento e afirmação de suas formas de organização social, de seu pertencimento étnico, de seus usos linguísticos de suas relações interétnicas, assegurando a revitalização de suas memórias Históricas; reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e saberes étnicos. (PMS-CME, 2019).

Merece destaque aqui a grande luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas (em âmbito nacional) já estabelecida na constituição de 1988, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Assim,

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [...]§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.[...]§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR). (BRASÍLIA, 10 de março de 2008).

Portanto, partindo dessas abordagens acima fica evidente a importância do indígena, de seus saberes e conhecimentos no processo de constituição das missões. Impulsionado pela “Nova História Indígena”, o protagonismo indígena na História vem ganhando espaço, visibilidade, reconstruindo o indígena como sujeito que esteve presente nesse processo, que lutou e luta pelos seus direitos, que pratica e expande sua cultura herdada de seus antepassados. É protagonista na história, capaz de se organizar socialmente, produzir, construir, aperfeiçoar, resistir, de fazer aliança e principalmente validar sua consciência histórica e a afirmação de sua identidade étnica.

Considerações finais

As missões religiosas foram fundamentais para a coroa na ocupação e exploração do vale do Tapajós, assim como na região Amazônica. O projeto religioso trouxe diversos impactos para os povos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores. Impactos que alteraram significativamente a cultura e o modo de vida desses povos indígenas,

com a junção de diversos grupos étnicos, uso da cultura, da linguagem, que provocou um processo de transformação social. Ainda assim, diante de diversas lutas esses povos mantiveram sua identidade, seus costumes, seus rituais, tradições que perduram nos dias atuais.

A partir de uma nova visão é importante considerar que o processo de colonização não seria possível se não fosse pela participação, conhecimentos e saberes dos povos indígenas. Mesmo diante de tantas imposições dos missionários (colonizadores), os povos indígenas souberam reagir e agir a partir da leitura que faziam do processo colonial e usaram seus saberes e conhecimentos. Nesse sentido não se pode pensar o indígena como um sujeito “passivo”, de “cultura estática”, a mercê de uma história, com uma imagem padronizada e generalizada (estereótipo). O indígena é um sujeito protagonista. Então cabe uma provocação para os historiadores atuais e novos historiadores que pesquisam a história indígena: qual História a ser escrita e narrada sobre o indígena? A de um sujeito ingênuo ou de um sujeito com saber e conhecimento nato, protagonista na história?

Aprofundar o conhecimento a respeito desses povos é uma forma de reconhecimento e valorização dos saberes indígenas que buscam seu espaço na História, preenchendo um vazio na historiografia local que, por muito tempo, vem sendo estereotipada ou negada, omitida e ausente nos meios literários, assim como no meio político. Além de dar visibilidade as lutas dos movimentos indígenas que buscam seus direitos, reconhecimento, demarcação de suas terras, sua autoafirmação e fortalecimento da identidade dos povos indígenas do Tapajós, em meio as grandes transformações sociais e ataques (políticos, grilagens de terras, desmatamentos, garimpos ilegais, entre outros) que afetam diretamente esse e outros povos indígenas.

REFERÊNCIAS

FONTES:

BETENDORF, João Felipe. 1910. *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXII, Parte I.

Collecção de Notícias para História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas: publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo VI. In: *Brasiliana Digital*, 1856, pag. 24.

DANIEL, João, sac., 1722-1776. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas, padre João Daniel. Introdução de Leandro Tocantins. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional*, 1975. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976.

_____ Tesouro descoberto no Rio Amazonas, v2/ padre João Daniel. - Rio de Janeiro, 2004.

Regimento & Leys das missoens do estado do maranhã & Parã. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1724. Incluído no AHU Cód. 1214, pág. I, II).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, Christoval de. In *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri* / Sergio Eduardo Moreira Lima, Maria do Carmo Strozzi Coutinho (org.). - Brasília: FUNAG, 2016, pág. 291/292.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco. In: *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28.

BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Lei N° 11. 645, 10 de março de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 12 de maio de 2022.

CANTO, Sidney. *Alter do Chão e Sairé: contribuição para a história*. Editora e Artesanato Gráfico Tiagão. Santarém, PA. 2014.

COELHO, Mauro Cezar. *O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: Uma inflexão*, *Campos* 7(1):117-134, 2006.

COSTA, Lorena Lopes da, O caso ateniense e a tarefa do historiador: corrigir a memória em contexto de golpe. *Revista Diálogo Mediterrâneo*-dezembro/2017.

CRUZ, Roberto Borges da. Farinha de “pau” e de “guerra”: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759), orientadora, Leila Mourão. – 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, instituto de Filosofia e Ciências Humanas, programa de Pós-graduação em História social da Amazônia. Belém, 2011.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Unicamp, biblioteca central. Campinas, 1986.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. *Cotidiano e poder na Amazônia Pré-colonial*/ Denise Maria Cavalcante Gomes. - São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2008.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert*; tradução Beatriz Perrone- Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro – 1ª ed.- São Paulo: Companhia das letras, 2015.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. “Descobrir e redescobrir o grande Rio das Amazonas. As *Relaciones* de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641). *Revista de História* 156 (1º semestre de 2007), 31-57.

MATTOS, Yllan de. Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686. *7 Mares*, n. 1 - outubro, 2012.

- MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. In: *Clio*, nº 27/1, 2009, pp. 46-75.
- MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contatos e relações entre colonizador e indígenas. In *História do Índio no Brasil*/ organização Manuela Carneiro da Cunha. - São Paulo: companhia das letras: secretária de cultura: FAPESP, 1992.
- MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: *Índios do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994, p. 105-120.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*/ João Pacheco de Oliveira Filho: Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1999.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: *História dos Índios no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 2008, p. 115
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1979.
- SANTARÉM, [PMS-CME, 2019]. Resolução Municipal Nº 001, de 25 de janeiro de 2019, Disponível em <https://santarem.pa.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2022.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia*. 4ª ed. Santarém-PA: ICBS – IOE. 2019.
- SOENTGEN, Jens; HILBERT, Klaus. A química dos Povos Indígenas da América do Sul. *Quim. Nova*, Vol. 39, No. 9, 1141-1150, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21577/0100-4042.20160143>, acesso em 13/06/2022.
- SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do Cotidiano: religião, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*/. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo 2009.
- _____. *Trópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XII a XXI)*/ José Luiz Ruiz Peinado Alonso, Rafael Chambouleyron (organizadores).- Belém. Ed Açai, 2010.
- SPIX, F., Johann Baptist von, 1781-1826. Viagem pelo Brasil (1817-1820) / Spix e Martius; tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v.: il. 486 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 244-C).
- VAZ FILHO, Florêncio. “História dos povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns a partir da ocupação portuguesa”. Rio de Janeiro, Santarém. 1997. Frei Florêncio Almeida Vaz, OFM Correio Eletrônico: florenciovaz@uol.com.br.
- _____. A emergência étnica de povos indígenas no baixo rio Tapajós, Amazônia. Tese de Doutorado/ Florêncio Almeida Vaz Filho; Orientadora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. – Salvador, 2010. 478 f.: il; 30 cm. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Área de concentração em Antropologia UFBA. Salvador, 2010.

Anexo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Waiman de Sousa Conaia

CPF: 813.630.132-04 RG: 3675591 Telefone: (93) 992 32 2525

E-mail: SouzaWaiman@gmail.com

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

(X) Sim () Não

2. Identificação da obra

() Monografia (X) TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros: _____

Título da obra: PARA ALÉM DA MÃO DE OBRA: Saberes e conhecimentos indígenas nas Missões de Tapajós (XVII-XVIII)

Programa/Curso de pós-graduação: Instituto de Ciências da Educação curso de Licenciatura em História

Data da conclusão: / /

Agência de fomento (quando houver): _____

Orientador: Vanice Siqueira de Melo

E-mail: vanicesmelo@gmail.com

Co-orientador: _____

Examinadores: Wania Alexandrino Vianna

3. Informação de disponibilização do documento:

O documento está sujeito a patentes? () Sim (X) Não

Restrição para publicação: () Total () Parcial (X) Sem restrição

Justificativa de restrição total*: _____

4. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 09 / 08 / 2022.

Waiman de Sousa Conaia
Assinatura do autor

5. Tramitação no curso

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em / / . Responsável: _____

Siape/Carimbo